

NOTA TÉCNICA | Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC)

Maceió (AL) - Abril de 2026

Lucas Sorgato,

assessor econômico do Instituto Fecomércio AL

Os dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) para Maceió, referentes a abril de 2026, mostram um cenário de continuidade do elevado comprometimento financeiro das famílias, mas com mudanças importantes na qualidade desse endividamento. Abril costuma ser um mês de transição econômica dentro do calendário das famílias. Depois da pressão financeira típica do início do ano — marcada por despesas concentradas em janeiro e reorganização orçamentária em fevereiro e março — o quarto mês do ano geralmente começa a revelar os efeitos acumulados das decisões financeiras tomadas no primeiro trimestre. Nesse momento, o orçamento doméstico já sente o peso das parcelas acumuladas, da redução da renda disponível e da permanência de juros elevados, fatores que ajudam a explicar o comportamento observado nos indicadores.

O percentual de famílias endividadas em Maceió chegou a 83,50% em abril de 2026, praticamente estável em relação a março (83,40%), mas significativamente acima do patamar registrado em abril de 2025. Essa estabilidade em nível elevado sugere que o ciclo de expansão do endividamento perdeu intensidade, mas não apresentou reversão. Em outras palavras, as famílias continuam altamente dependentes do crédito para sustentar o consumo e reorganizar o orçamento, ainda que o ritmo de entrada em novas dívidas esteja mais moderado do que no início do ano.

Tabela 01: Resultados de endividamento em Abr de 2026

(% de famílias)

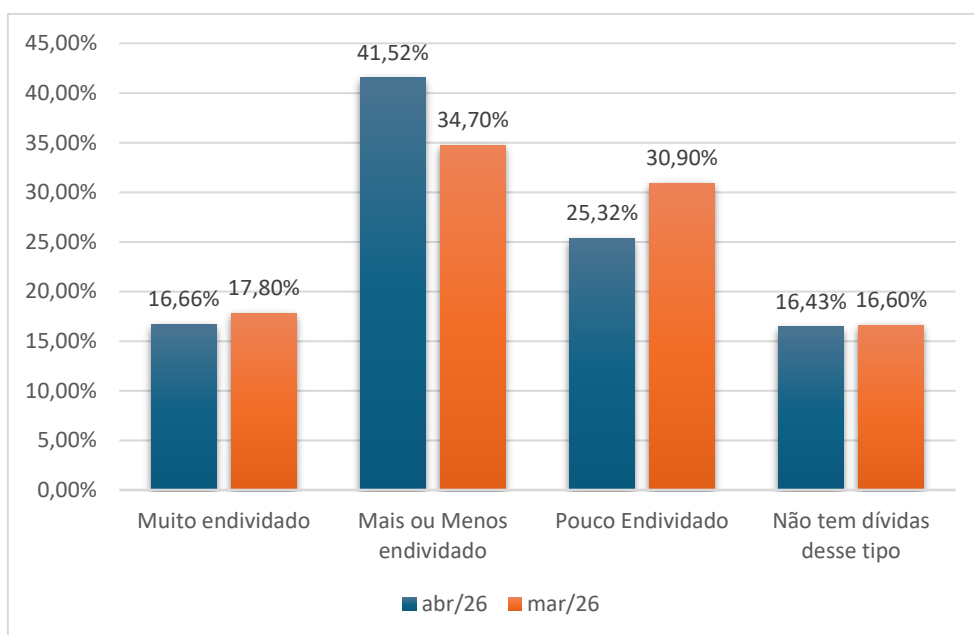
Período	Endividadados	Contas em Atraso	Não Terão Condições de Pagar
Abr/25	79,60%	38,00%	10,50%
Mar/26	83,40%	29,80%	8,50%
Abr/26	83,50%	32,77%	8,99%
Variação Mensal	0,10%	2,97%	0,49%
Variação Anual	3,90%	-5,23%	-1,51%

Fonte: Instituto Fecomércio AL com base nos dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)

Por outro lado, os indicadores de inadimplência voltaram a apresentar deterioração. O percentual de famílias com contas em atraso subiu para 32,77%, após 29,80% em março, embora permaneça abaixo do observado no mesmo período do ano anterior. Esse comportamento é bastante coerente com a lógica econômica de abril. As dívidas contratadas ou acumuladas no primeiro trimestre começam a vencer de forma mais intensa, comprimindo o orçamento das famílias e elevando a dificuldade de pagamento. Ou seja, abril marca o momento em que parte do crédito utilizado para “ganhar fôlego” nos meses anteriores começa efetivamente a pressionar a capacidade financeira das famílias.

O indicador de famílias que afirmam não ter condições de pagar suas dívidas também apresentou aumento, alcançando 8,99% em abril, acima dos 8,50% registrados em março. Apesar de ainda estar abaixo do nível observado em abril de 2025, o movimento indica uma piora na margem e sugere que o ambiente financeiro das famílias voltou a se tornar mais delicado. Isso é particularmente relevante porque esse indicador representa o núcleo mais crítico do endividamento, associado ao superendividamento e à exclusão financeira.

Gráfico 01: Comparativo de nível de endividamento.



Fonte: Instituto Fecomércio AL com base nos dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)

Quando se observa a composição do endividamento, percebe-se uma mudança importante na intensidade do comprometimento financeiro. O grupo de famílias “mais ou menos endividadas” cresceu de forma significativa tanto na baixa quanto na alta renda, enquanto os grupos “pouco endividados” e “sem dívidas” diminuíram. Esse movimento mostra que o endividamento está se tornando mais disseminado e mais pesado. Muitas famílias que anteriormente possuíam dívidas consideradas

administráveis passaram a operar em um nível intermediário de pressão financeira, mais próximo do risco de inadimplência.

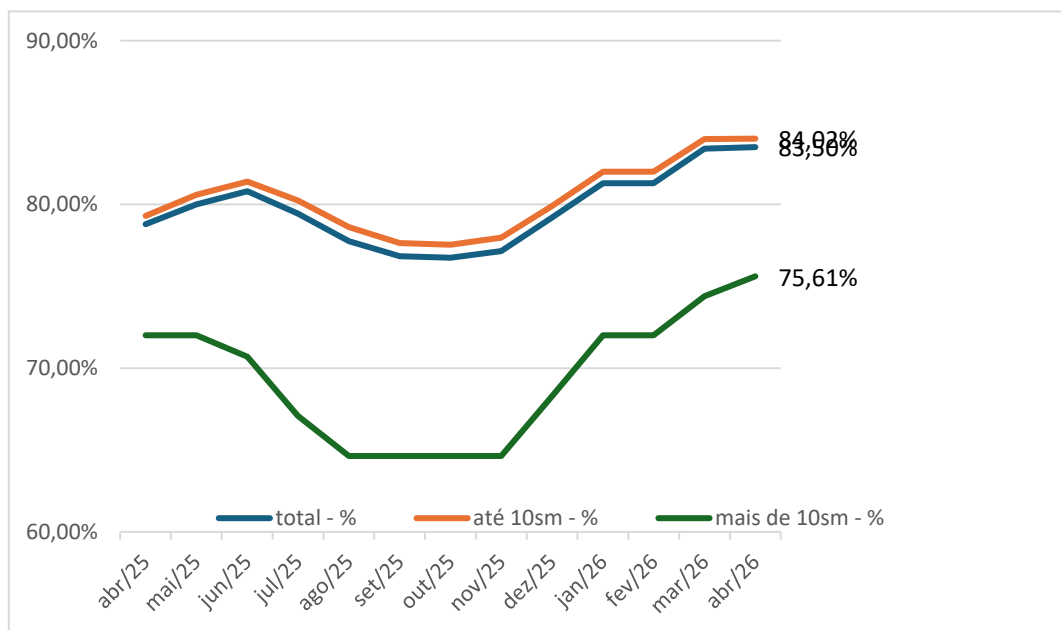
Entre as famílias com renda de até 10 salários-mínimos, o endividamento chegou a 84,02%, enquanto nas famílias de renda superior a 10 salários-mínimos o percentual alcançou 75,61%. Embora o problema continue mais intenso na baixa renda, chama atenção o avanço consistente do endividamento entre as famílias de maior renda ao longo dos últimos meses. Isso mostra que o aperto financeiro deixou de ser um fenômeno exclusivamente do consumo popular e passou a atingir também consumidores com maior capacidade de renda, especialmente em um ambiente de crédito caro e maior custo de vida.

Tabela 02: Variação mensal por faixa de renda dos subíndices do nível endividamento

	até 10sm - %	Variação Mensal	mais de 10sm - %	Variação Mensal
Muito endividado	16,95%	-0,85%	12,20%	0,00%
Mais ou Menos endividado	41,36%	6,66%	43,90%	13,40%
Pouco Endividado	25,70%	-5,20%	19,51%	-12,19%
Não tem dívidas desse tipo	15,98%	-0,62%	23,17%	-2,43%

Fonte: Instituto Fecomércio AL com base nos dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)

Gráfico 02: Evolução do percentual das famílias endividadas por renda em Alagoas (abr/25 – abr/26)



Fonte: Instituto Fecomércio AL com base nos dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)

A inadimplência por faixa de renda reforça esse diagnóstico. Entre as famílias de menor renda, o percentual de contas em atraso subiu para 34,34%, enquanto entre as famílias de maior renda houve avanço para 10,98%. O crescimento da inadimplência entre os consumidores de renda mais alta merece atenção porque indica que o aumento do endividamento observado desde o início do ano começa a produzir efeitos mais amplos sobre a capacidade de pagamento. Embora esse grupo ainda apresente maior resiliência financeira, o aumento do atraso mostra que o ambiente econômico permanece pressionado.

Tabela 03: Nível de endividamento total desagregado por renda em Maceió – abr/26

Período	até 10sm - %	mais de 10sm - %
abr/25	79,30%	72,00%
mar/26	84,00%	74,40%
abr/26	84,02%	75,61%

Fonte: Instituto Fecomércio AL com base nos dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)

Tabela 4: Famílias com contas em atraso em Maceió (% entre os endividados) – mar/26

Período	até 10sm - %	mais de 10sm - %
abr/25	0,00%	0,00%
mar/26	31,30%	8,50%
abr/26	34,34%	10,98%

Fonte: Instituto Fecomércio AL com base nos dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)

Tabela 05: Famílias que não terão condições de pagar as dívidas em Alagoas (% entre os endividados) - mar/26

Período	até 10sm - %	mais de 10sm - %
abr/25	0,00%	0,00%
mar/26	9,50%	0,00%
abr/26	10,04%	0,00%

Fonte: Instituto Fecomércio AL com base nos dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)

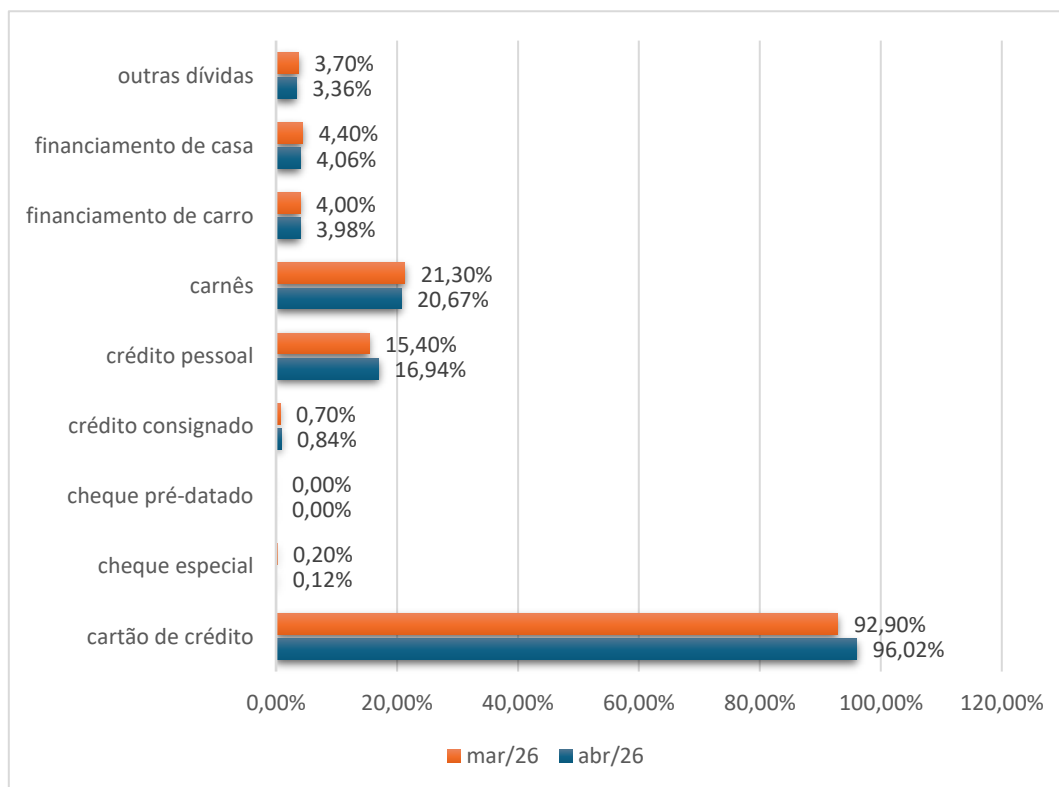
O indicador de superendividamento continua praticamente concentrado nas famílias de menor renda. Em abril, 10,04% dos endividados nessa faixa declararam não ter condições de pagar suas dívidas, enquanto entre as famílias de renda superior o indicador permaneceu zerado. Esse dado reforça uma característica estrutural do

mercado consumidor maceioense: a fragilidade financeira continua fortemente associada à renda, e o crédito segue sendo utilizado como mecanismo de compensação da perda de poder de compra.

O último gráfico da pesquisa, que apresenta os tipos de dívida das famílias em Maceió em abril de 2026, reforça de forma muito clara a forte dependência do consumidor local em relação ao crédito de curto prazo, especialmente do cartão de crédito. O dado mais expressivo é que 96,0% das famílias endividadas possuem dívidas no cartão de crédito, percentual acima dos 92,9% registrados em março. Isso significa que praticamente todo o endividamento das famílias maceioenses está, direta ou indiretamente, ligado ao cartão, consolidando essa modalidade como principal mecanismo de sustentação do consumo no atual momento econômico.

Esse comportamento revela que muitas famílias continuam utilizando o cartão não apenas para compras pontuais, mas como instrumento recorrente de gestão do orçamento doméstico. Em um ambiente de renda pressionada e juros elevados, isso aumenta significativamente o risco financeiro, principalmente porque o cartão possui uma das taxas de juros mais altas do mercado. O crescimento da participação do cartão entre março e abril mostra que, mesmo após o forte endividamento do primeiro trimestre, as famílias seguem recorrendo ao crédito rotativo e ao parcelamento para manter o padrão de consumo.

Gráfico 03: Tipos de dívida das famílias em Maceió – Abr/2026



Fonte: Instituto Fecomércio AL com base nos dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)

Outro dado relevante é o crescimento do crédito pessoal, que passou de 15,4% em março para 16,9% em abril. Esse movimento costuma ser interpretado como um sinal de maior pressão financeira, já que o crédito pessoal geralmente é utilizado quando o orçamento já se encontra mais comprometido. Em muitos casos, ele serve para reorganizar dívidas anteriores, cobrir despesas correntes ou até quitar parcelas atrasadas. O aumento dessa modalidade indica que parte das famílias começa a entrar em um estágio mais delicado de administração financeira.

Os carnês continuam apresentando participação elevada, atingindo cerca de 20,7% das famílias endividadadas, ainda que com leve redução frente ao mês anterior. Isso mostra que o parcelamento direto no varejo segue sendo importante para sustentar o consumo, especialmente entre as famílias de menor renda. Para o comércio, esse dado é relevante porque significa que parte do risco financeiro permanece diretamente com os lojistas.

No conjunto, abril de 2026 apresenta um cenário de estabilidade do endividamento em nível muito alto, combinado com deterioração da inadimplência e do superendividamento na margem. A leitura econômica é de que as famílias começam a sentir de forma mais intensa o peso acumulado das obrigações financeiras assumidas ao longo do primeiro trimestre. Para o comércio e os serviços, isso significa que o crédito continua sustentando parte importante das vendas, mas os riscos associados ao consumo financiado aumentam gradualmente. O momento exige maior cautela na concessão de crédito, acompanhamento mais rigoroso da capacidade de pagamento dos consumidores e fortalecimento de estratégias de renegociação, especialmente diante da possibilidade de desaceleração do consumo nos próximos meses.